https://doi.org/10.35685/vp9x6c84

A OUTRA FACE DA RESIDÊNCIA TÉCNICA NO PARANÁ: PRECARIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS RECÉM-FORMADOS

THE OTHER SIDE OF TECHNICAL RESIDENCY IN PARANÁ: THE PRECARIOUS SITUATION OF RECENT GRADUATES

Evelin Emanuele Cordeiro[1]
Layliene Kawane de Souza Dias[2]

1 Unespar.
2 Unespar.

Resumo: Este estudo tem como objeto a Residência Técnica (RESTEC) do Paraná e as lacunas identificadas em sua organização normativa, que permitem problematizar elementos relacionados à precarização de profissionais recém-formados, tendo como objetivo compreender seus possíveis desdobramentos para os residentes técnicos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Como técnica de análise, optou-se pela análise de conteúdo. Assim, foi possível identificar que a operacionalização da RESTEC ocorre em uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo que contribui para o processo de formação continuada e para o currículo de profissionais recém-formados, também os insere no mercado de trabalho de forma flexibilizada. Essa transição da academia para o mercado de trabalho pode estar sendo marcada por instabilidade financeira e profissional, além de tornar o ambiente de trabalho dos residentes mais suscetível a relações profissionais abusivas, bem como situações de assédio moral. A instabilidade financeira e profissional, aliada a situações de trabalho abusivas pode desencadear o adoecimento psíquico de residentes técnicos, dessa forma se faz necessário pensar em alternativas de enfrentamento a essa situação, como a organização coletiva dos estudantes na luta por garantias de seus direitos e melhores condições de trabalho.

Palavras-chave: precarização; residência técnica; assédio moral; residentes técnicos.

Abstract: This study focuses on the Technical Residency (RESTEC) program in Paraná and the gaps identified in its regulatory framework, which allow for an examination of issues regarding the precarious employment conditions faced by recent graduates; the aim is to understand the potential consequences for the technical residents themselves. This is a qualitative study of an exploratory and descriptive nature, utilizing bibliographic and documentary research for data collection. Content analysis was selected as the analytical method. The study revealed that the implementation of RESTEC operates as a double-edged sword: while it contributes to the continuing education and professional resumes of recent graduates, it also integrates them into the labor market under precarious, flexible employment conditions. This transition from academia to the workforce may be characterized by financial and professional instability, while also rendering the residents' work environment more susceptible to abusive professional relationships and workplace harassment. Given that financial and professional instability, combined with abusive working conditions, can lead to psychological distress among technical residents, it is essential to consider strategies to address this situation—such as the collective organization of students to fight for the protection of their rights and improved working conditions.

Keywords: precarization; technical residency; workplace bullying; technical residents.

https://doi.org/10.35685/vp9x6c84

INTRODUÇÃO

Primeiramente, destaca-se que o objeto de estudo desta pesquisa é a Residência Técnica (RESTEC) do Paraná e as lacunas identificadas em sua organização normativa, que permitem problematizar elementos relacionados à precarização de profissionais recém-formados. A escolha deste tema se deu ao observar que para além do título de especialização, existe um projeto político que visa atender demandas do setor público com "mão de obra barata". Reconhece-se a importância da Residência Técnica, considerando o caráter de aperfeiçoamento e especialização que agrega muito para o currículo de recém-formados, além de contribuir para o processo de formação profissional continuada. No entanto, foca-se em outra faceta que traz à tona a inserção de profissionais recém-formados no mercado de trabalho de maneira flexibilizada.

Minayo afirma que "nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática" (Minayo, 2001, p. 17 *apud* Lima; Mioto, 2007, p. 39). Assim sendo, cabe apontar que esse trabalho é escrito por uma residente técnica que vivenciou praticamente essa precarização. Esse fato não tira o caráter científico do trabalho uma vez que partimos de um método específico para abordar o tema, sobre o qual trataremos adiante.

Além da motivação pessoal, cabe salientar que a literatura sobre a temática é escassa, pois trata-se de uma nova modalidade de residência, tendo em vista que a lei que institui o Programa de Residência Técnica no Paraná data do ano de 2019 (Lei nº 20086 de 18 de dezembro de 2019). Em levantamento bibliográfico prévio, não identificou-se nenhum trabalho sobre as residências técnicas no Paraná, entretanto, foram encontrados textos que versam sobre temas correlatos que contribuíram para a discussão no decorrer do trabalho.

Destaca-se que, embora ainda não exista ampla produção acadêmica sobre o tema, isso não descredibiliza nem inviabiliza este trabalho. Pelo contrário, evidencia sua relevância científica ao abordar uma temática ainda pouco explorada e propor uma análise inovadora. Ademais está embutido de relevância social, pois se faz absolutamente necessário discutir de maneira crítica a precarização sofrida por residentes técnicos, possibilitando propor alternativas com base em conhecimento científico acerca da problemática.

A principal contribuição deste trabalho trata-se de problematizar questões suscitadas a partir da análise do marco legal que institui a RESTEC no Paraná articulada à literatura selecionada. Trata-se de um estudo exploratório, que pode auxiliar na formulação de novas pesquisas a respeito da temática. Dito isso, cabe apontar que a pesquisa parte da

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

seguinte pergunta problema: *Quais elementos encontrados na organização normativa da Residência Técnica do Paraná permitem problematizar sua operacionalização em relação à inserção profissional precarizada de recém-formados?*

Tendo como objetivo geral: abordar os elementos relativos à precarização de profissionais recém-formados presentes na organização normativa da Residência Técnica do estado do Paraná. E como objetivos específicos: I) Explicar a Residência Técnica do Paraná (RESTEC); II) Discutir elementos relacionados à precarização do trabalho na residência técnica do Paraná; III) Identificar as possíveis implicações da precarização para os residentes técnicos.

O método utilizado foi o crítico-dialético, que conforme Lima e Mioto (2007, p. 40) pressupõe uma "revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo.". Observar o objeto de estudo pelas lentes histórico dialéticas é pertinente quando se trata de fenômenos complexos como a inserção de residentes técnicos no mercado de trabalho de forma precarizada, pois possibilita a apreensão da realidade de forma científica e crítica.

METODOLOGIA

Conforme Lakatos e Marconi (1990 *apud* Kinchescki; Alves; Fernandes, 2015, p. 2) "a pesquisa é concebida por meio de etapas formais, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico.". Este item será dedicado ao esclarecimento da metodologia de pesquisa, ou seja, das etapas formais que foram adotadas para seu desenvolvimento.

Caracterização da pesquisa

Primeiramente, faz-se importante relembrar que o método utilizado é o crítico dialético, tendo em vista que esta pesquisa insere-se na grande área das Ciências Sociais Aplicadas e subárea do Serviço Social, considerando a formação das autoras. Nesse sentido, é válido sinalizar que a matriz Marxista orienta o Serviço Social brasileiro, em consonância com os princípios que orientam a profissão, portanto, observar o objeto de estudo a partir das lentes marxiana revela-se metodologicamente coerente.

A pesquisa também se caracteriza como qualitativa de caráter exploratório e descritivo. Minayo (2002) chama atenção para o fato de que "o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo" (Minayo, 2002, p. 15). Nesta pesquisa, busca-se explorar os elementos qualitativos acerca da precarização nos programas de residência técnica no Paraná e seus impactos para os residentes. Também é importante pontuar que possui natureza exploratória e descritiva, conforme Gil (2010, p. 27)

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

> [...] tem como objetivo "proporcionar mais familiaridade com o problema", cuja finalidade é torná-lo mais evidente, no sentido de explorar todos os aspectos referentes ao fato estudado. Por sua vez, as descritivas, estão voltadas para a "descrição das características de determinada população", e servem também, para "identificar possíveis relações entre variáveis".

O caráter exploratório se justifica por ser um fenômeno pouco explorado na medida em que os programas de residência técnica no Paraná são recentes, sendo instituídos no ano de 2019 pela Lei nº 20086 de 18 de dezembro de 2019. Logo, o fenômeno da precarização e seus impactos para recém-formados também é uma nova problemática que precisa ser estudada. Quanto ao caráter descritivo, de acordo com Oliveira Júnior, Sgarbiero e Bourguignon (2012) pode caminhar junto as pesquisas exploratórias, permitindo compreender dados sobre grupos ou comunidades e estabelecer variáveis, no caso desta pesquisa, buscando desvelar a realidade da inserção de profissionais recém-formados no mercado de trabalho e processos de precarização que os atinge.

Procedimentos metodológicos

Utilizou-se como técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica conforme Severino (2007) tem como principal fonte bibliografias provenientes de pesquisas anteriores. Por meio de bases de dados científicas (Portal Scielo e Periódico Capes), realizou-se levantamento de artigos, teses e dissertações, no período de março a maio de 2026, conforme detalhado no quadro 1.

Quadro 1 - Detalhamento das buscas no Periódico Capes e Portal Scielo

Palavras e operadores booleanos utilizadas	Resultados Portal Scielo	Resultados Periódico Capes
Residência Técnica *and* Precarização	0 resultado	4 resultados
Assédio Moral *and* Residência Técnica	0 resultados	1 resultado
Assédio moral *and* Residência	1 resultado	4 resultados

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para selecionar o material seguimos os parâmetros propostos por Lima e Mioto (2007, p. 41) para delimitação do universo:

> a) o parâmetro temático – as obras relacionadas ao objeto de estudo, de acordo com os temas que lhe são correlatos; b) o parâmetro lingüístico – obras nos idiomas português, inglês, espanhol, etc.; c) as principais fontes que se pretende consultar – livros, periódicos, teses, dissertações, coletâneas de textos, etc.; d) o parâmetro cronológico de publicação – para seleção das obras que comporão o universo a ser pesquisado, definindo o período a ser pesquisado.

Para selecionar o corpus da pesquisa foram aplicados os seguintes critérios de

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

inclusão: a) trabalhos em língua portuguesa; b) trabalhos com acesso aberto; c) trabalhos com tema coerente aos objetivos da pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão: a) estudos duplicados; b) trabalhos sem acesso ao texto completo; e c) estudos cuja temática não apresentasse relação com o objeto investigado. Dos 10 resultados, 2 foram excluídos devido a duplicidade entre as bases de dados, 1 possuía acesso fechado e 3 possuíam temas divergentes ao que esta pesquisa se propõe a investigar. Dessa forma, chegou-se a 4 artigos que compuseram o corpus final.

Elaboramos também um roteiro de leitura, seguindo as orientações de Lima e Mioto (2007). O roteiro é composto pelos itens: a) Identificação da obra; b) Caracterização da Obra e c) Contribuições da obra para o estudo. A identificação facilita a referenciação e localização dos artigos, a caracterização identifica conceitos chaves dos trabalhos, e as contribuições da obra para o estudo trata de cruzar os resultados obtidos com os objetivos da presente pesquisa.

Quanto à pesquisa documental, segundo Severino (2007, p.122) "[...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, gravações, documentos legais.". Nesta etapa utilizou-se a Lei nº 20086 de 18 de dezembro de 2019, que institui o Programa de Residência Técnica no Paraná. Compreendemos como importante a pesquisa documental porque complementa a pesquisa bibliográfica. Conforme afirmamos anteriormente, os artigos selecionados não tratam diretamente do objeto de estudo, mas sim de temas correlatos. Dessa forma, as legislações e documentos que tratam especificamente da residência técnica no Paraná, fundamentam a discussão sobre o objeto de estudo em questão.

Método de análise dos dados

O procedimento utilizado foi a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011) trata-se de uma técnica, composta por procedimentos sistemáticos e objetivos, que auxilia no tratamento dos dados obtidos ao longo do processo de investigação. A autora (2011) afirma que a análise de conteúdo ocorre em três fases: i) pré-análise: fase da organização e estabelecimento de um plano de trabalho, podendo ser mudado posteriormente conforme as necessidades da pesquisa. ii) exploração do material: fase de escolha dos materiais usando com critérios a codificação, classificação e categorização, os quais possibilitando a sistematização, comparação, verificação de semelhança do material. iii) tratamento dos resultados: inferência e interpretação: essa fase deve ir além dos documentos e aquilo que se mostra, o pesquisador deve dar significado e interpretá-los. A análise dos dados coletados foi

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

realizada por meio das três fases acima expostas.

Na etapa de pré-análise organizou-se os artigos obtidos por meio da pesquisa bibliográfica junto à Lei nº 20086 de 18 de dezembro de 2019 resultante da pesquisa documental. Esse foi o primeiro contato com os achados, sendo uma leitura inicial a fim de identificar o tema central dos artigos e as possíveis relações com o objeto de pesquisa.

Posteriormente realizou-se a exploração dos materiais, os artigos passaram por leitura com base nas orientações de Lima e Mioto (2007), possibilitando a identificação de temas recorrentes e sua correlação com os objetivos da pesquisa. Diante disso, foram estabelecidas relações entre a literatura encontrada e a legislação que institui a residência técnica no Paraná, formulando-se três categorias temáticas: 1) Natureza formativa, inserção profissional e precarização; 2) Relações hierárquicas e vulnerabilidade ao assédio; e 3) Possíveis repercussões psicossociais e estratégias de enfrentamento.

Por meio da etapa de tratamento dos resultados: inferência e interpretação buscou-se estabelecer relação entre os achados na literatura e a legislação vigente. Esse movimento permitiu problematizar a forma de inserção dos residentes técnicos no mercado de trabalho, reconhecendo a importância do Programa de Residência Técnica do Paraná no processo de formação continuada, contudo, identificando lacunas que serão abordadas no próximo item.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos selecionados que passaram pelo roteiro de leitura foram os seguintes:

Quadro 2 - Artigos selecionados para análise

AUTOR	ANO	PORTAL	TÍTULO
Bárbara Cristina Moreira Sicardi Nakayama e Solange Aparecida da Silva Brito	2014	Capes	Estágio Remunerado e Formação de Professores: Quem Ensina Quem no Programa Residência Educacional?
Deborah Alessandra de Oliveira Damas e Márcia Walquiria Batista dos Santos	2024	Capes	Mediação Hospitalar como Mecanismo de Resolução dos Conflitos Envolvendo Assédio Moral na Residência Médica
Rodrigo Coelho Marques; Euclides Dias Martins Filho; Guilherme Santos de Paula Rondinneli e Roberto dos Santos	2012	Scielo	Assédio Moral nas Residências Médica e Não Médica de um Hospital de Ensino
Ociana Donato da Silva e Raquel Raichelis	2015	Scielo	O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente

Fonte: Elaborado pelas autoras

https://doi.org/10.35685/vp9x6c84

Ressalta-se que embora os artigos não tratem diretamente da temática, apontam elementos importantes para pensar sobre a residência técnica no Paraná, aspectos relacionados à precarização e seus possíveis desdobramentos na vida pessoal e profissional de recém-formados. Na sequência aborda-se as categorias elencadas a partir da análise de conteúdo.

Natureza formativa, inserção profissional e precarização

O trabalho de Nakayama e Brito (2014) analisou o Programa de Residência Educacional (PRE) instituído pela Secretaria Estadual de São Paulo em 2012/2013 e concluíram que "[...] os mesmos fatores que profissionalizam o trabalho docente favorecem sua precarização [...]" (Nakayama; Brito, 2014, p. 59). Essa via de mão dupla também é observada ao analisar a lei que institui a RESTEC no Paraná.

De acordo com as autoras esse programa consistia em recrutar alunos das graduações em licenciatura para prestar trabalhos de apoio em escolas estaduais consideradas de vulnerabilidade, onde os profissionais em formação receberiam uma bolsa pelas atividades realizadas. Nakayama e Brito (2014) apontam que o PRE se apresenta como uma proposta formativa e pedagógica dos licenciandos, no entanto, os insere de forma precária no mercado de trabalho. As autoras destacam que:

> evidenciou-se a preocupação com a aproximação dos estagiários à realidade da rede pública estadual, bem como com a inserção do jovem no mundo do trabalho; há, ainda, indicativos de objetivos relacionados à formação dos licenciandos. No entanto, fica claro que a ênfase do programa está na melhoria da aprendizagem dos alunos das escolas mais vulneráveis. (Nakayama; Brito, 2014, p. 64).

Ao comparar a proposta supracitada do PRE com a Lei nº 20086/2019 que dispõe sobre Residência Técnica no Paraná, evidencia-se que se apresenta como uma proposta semelhante:

> Art. 1º [...] **tem por finalidade proporcionar a prática acadêmico-pedagógica aos alunos dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu**, indicadas no § 2º deste artigo, durante a realização de seus cursos de especialização, contribuindo, assim, para o desenvolvimento destes para a vida cidadã e para o trabalho. (Paraná, 2019, grifos nossos)

Ainda que a RESTEC tenha a proposta de qualificação profissional, sua operacionalização permite problematizar processos de precarização profissional ao pressupor atuação de profissionais recém-formados em órgãos públicos mediante concessão de bolsa-auxílio e sem gerar vínculo empregatício. Esse movimento flexibiliza a inserção no mercado de trabalho e não garante direitos trabalhistas aos residentes, tornando o custo de uma mão de obra qualificada muito barata para o Estado.

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

O trabalho de Nakayama e Brito (2014) também permitiu tecer algumas comparações e reflexões sobre a RESTEC no Paraná. Sobre a dinâmica do PRE as autoras explicam:

> [...] a participação dos estagiários remunerados na rotina escolar obedece a uma organização administrativa estruturada em consonância a dos demais profissionais, prevendo carga horária definida com desconto no pagamento pelas horas não "trabalhadas", periodicidade de participação e recesso. (Nakayama; Brito, 2014, p. 62)

Da mesma forma, a RESTEC possui dinâmica semelhante, a atuação prática possui carga horária estabelecida de 30h semanais (6 horas diária) e as atividades são previamente pactuadas por meio do documento "Plano de Ação" construído pelo residente e seu supervisor e entregue Instituição de Ensino Superior (IES) responsável pelo curso de pós-graduação. (Paraná, 2019). O pagamento da bolsa e a manutenção na RESTEC é condicionada a uma série de obrigações, como cumprimento da carga horária teórica e prática, atingir a nota mínima nas disciplinas e boas avaliações em relação a atividade prática.

Assim como no PRE, as faltas sem justificativa na RESTEC são descontadas da bolsa-auxílio, "Art. 9 (...) Parágrafo único. Os dias de ausência não justificados serão descontados proporcionalmente no valor da bolsa-auxílio." (Paraná, 2019). Ademais, há o limite de 6 faltas não justificadas, de modo que o residente será desligado da RESTEC caso ultrapasse esse número.

Dessa forma, os órgãos públicos acabam sendo supridos com mão de obra qualificada através de baixos custos, tendo em vista que a atuação de bolsistas da RESTEC pode apresentar semelhanças com a atuação de profissionais efetivos. Ao contrário do PRE que recruta alunos de graduação, a RESTEC é direcionada para profissionais já formados há no máximo 36 meses, agravando ainda mais os aspectos relacionados precarização, pois trata-se de profissionais com título já adquirido, sendo recrutados para exercer sua atividade laboral sem direitos trabalhistas garantidos, de forma precarizada.

Nos termos da Lei nº 20086/2019 "Art. 1º [...] § 2º O Programa de que trata esta Lei destina-se a fomentar a especialização para recém-formados em Cursos de Graduação, no máximo 36 (trinta e seis) meses [...]" (Paraná, 2019). Evidencia-se que o caráter formativo e de especialização é reforçado diversas vezes ao longo do texto da lei, entretanto, argumenta-se que o processo de formação continuada e os títulos adquiridos não deveriam ser atravessados pela precarização que pode impactar em diversas áreas da vida dos residentes.

Ademais, é necessário pontuar que a atuação prática em órgãos públicos e o recebimento de bolsa segue o período do curso de pós-graduação "Art. 3º [...] § 2º A duração

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

da residência técnica não poderá exceder o prazo de duração do respectivo curso de Pós-graduação." (Paraná, 2019). Os cursos não costumam ter longa duração e isso gera uma rotatividade muito grande de profissionais nos órgãos públicos, dificultando a criação de vínculo profissional com o órgão e o público atendido pelo mesmo.

Essa dinâmica de empregabilidade flexibilizada estabelecida pela RESTEC evidencia um processo de precarização que opera em uma via de mão dupla. De um lado, a substituição de trabalhadores efetivos por residentes pode afetar o fluxo de trabalho institucional e a qualidade dos serviços prestados à população. Por outro lado, também implica na vida pessoal e profissional de recém-formados ao passo que os insere no mercado de trabalho de forma instável, afetando suas condições de trabalho e perspectivas profissionais. Dessa forma, a via de mão dupla está na precarização dos serviços prestados à população e precarização da própria mão de obra.

Nessas condições de trabalho, os profissionais recém-formados experimentam a transição da academia para o mercado de trabalho de forma extremamente instável, podendo ser impactados em diversas áreas da vida. A preocupação excessiva em decorrência da instabilidade financeira e profissional podem afetar as relações de trabalho e ter alto custo para a saúde mental dos residentes. A próxima categoria permite aprofundar essas questões com base nos demais artigos analisados.

Relações hierárquicas e vulnerabilidade ao assédio

Silva e Raichelis (2015) trazem uma discussão extremamente pertinente para este artigo, como o conceito de "classe-que-vive-do-trabalho" e algumas considerações em torno do assédio moral em relações de trabalho precarizadas, que acabam se tornando ambientes propícios para a ocorrência desse tipo de violência.

> A partir deste contexto, a prática do assédio moral é compreendida como violação dos direitos humanos e como estratégia de dominação do capital nas relações de trabalho que, na atualidade, estão cada vez mais precarizadas (Druck, 2009) e intensificadas (Dal Rosso, 2008) através de mecanismos de violência (Barreto, 2005 e 2006) que submetem a classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2009) aos propósitos da reestruturação do trabalho na sociedade contemporânea, violando direitos trabalhistas e afetando as condições de vida e de trabalho. (Silva, Raichelis, 2015, p. 583).

Quando se pensa na inserção de profissionais recém-formados na modalidade de residentes técnicos, em condições altamente precarizadas, pode-se inferir que estão mais suscetíveis a sofrer esse tipo de violência. Silva e Raichelis, 2015, p. 587) acrescentam:

> Nas organizações públicas, a reestruturação produtiva tem

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

> desencadeado novas formas de organização do trabalho, a partir do enxugamento dos postos de trabalho e da ampliação da prestação de serviços através da terceirização da força de trabalho. Além disso, ocorrem perdas de direitos materializados em benefícios, como vale-alimentação, vale-transporte, convênios médicos, entre outros, que deixam de ser repassados aos(às) trabalhadores(as).

Marques *et al.* (2012) corroboram a discussão de Silva e Raichelis (2015), Apesar de abordar o assédio moral na residência médica, os autores reafirmam o fato de que pessoas em vínculos precarizados de trabalho estão mais suscetíveis a sofrer esse tipo de violência. Ademais, apontam informações interessantes sobre o perfil das vítimas e dos autores do assédio moral, evidenciando que esse tipo de violência é atravessada por estruturas hierárquicas. (Marques *et al.*, 2012).

Para elaboração de sua pesquisa Marques *et al.* (2012) entrevistaram 105 residentes de um hospital em Recife e concluíram que o assédio moral ocorre em todos os cargos "No entanto, vê-se como aqueles mais próximos do convívio diário, como os preceptores, os coordenadores de residência e os residentes mais velhos, são os mais predispostos a perpetrá-lo." (Marques *et al.*, 2012, p. 405). Se as relações hierárquicas implicam diretamente nas situações de assédio, quando se trata da residência técnica no Paraná pode-se suscitar questionamentos quanto à realidade vivenciada por profissionais recém-formados.

Damas e Santos (2024, p. 184, grifos nossos) também chamam atenção para "a multiplicidade de pessoas, **as diferentes formações**, o falso entendimento sobre hierarquia e superioridade entre profissionais da medicina e enfermagem, por exemplo, são causas de muitos conflitos, capazes de caracterização de assédio moral.". Se os embates de interesses devido a formações distintas acabam desencadeando situações de assédio moral, é possível observar mais uma lacuna na RESTEC/PR, conforme dispõe a Lei nº 20086/2019:

> Art. 1º (...) § 9º O aluno residente realizará atividades de natureza teórica no ambiente acadêmico das IES conveniadas e atividades práticas junto à administração direta e autárquica do Estado do Paraná, exercendo, em caráter exclusivamente de apoio, funções inerentes à respectiva formação profissional, devidamente supervisionado e acompanhado por servidor efetivo do Estado, **preferencialmente, e que detenha curso superior na área de atuação do aluno residente**. (Paraná, 2019, grifos nossos).

Quando a lei estabelece "preferencialmente" pode desencadear a supervisão de residentes por profissionais de áreas diferentes da sua, implicando na distribuição de atividades e construção do "Plano de Ação" do residente dado a dificuldade de diálogos de diferentes áreas de formação. Isso por sua vez pode desencadear

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

desvio de função, sobrecarga de trabalho, situações de assédio moral, dentre outros.

Da mesma forma Vattimo (2019, p. 39-40 *apud* Damas; Santos, 2024, p. 185) discute que: "O assédio moral tende a ser realizado por parte de superiores, como professores, médicos assistentes, preceptores e residentes de anos superiores. Estudantes e residentes no início do programa, portanto, são particularmente mais vulneráveis, por estarem na base da hierarquia.". Além de precisar lidar com a instabilidade financeira e profissional, residentes podem estar enfrentando relações de trabalho hostis que afetam diretamente sua saúde mental, trazendo consequências para suas vidas tanto em aspectos pessoais como profissionais.

Tais aspectos permitiram elencar a terceira categoria que aborda as possíveis repercussões psicossociais dos elementos relacionados à precarização, instabilidade profissional e assédio moral, bem como as estratégias de enfrentamento a essa problemática.

Possíveis repercussões psicossociais e Estratégias de enfrentamento.

Considerando os possíveis impactos psicossociais para profissionais inseridos em ambientes de trabalho marcados por precarização, assédio moral e hostilidade, Silva e Raichelis (2015) abordam as possíveis consequências do assédio moral contra a classe-que-vive-do-trabalho, como o adoecimento. As autoras ainda problematizam o fato de muitas vezes ocorrer um processo de alienação, no qual o profissional que está sofrendo o assédio é culpabilizado por "não se adaptar" às normas do local que trabalha, quando na verdade se trata de um problema coletivo.

Para Gaulejac (2007, p. 225 *apud* Silva; Raichelis, 2015, p. 589) "Quando o assédio, o estresse, a depressão ou, mais geralmente, o sofrimento psíquico, se desenvolvem, é a própria gestão da empresa que deve ser questionada.". Diante disso, a pauta posta neste trabalho é, para além das contribuições da RESTEC no que tange o processo formativo continuado, o título para o currículo de recém-formado, como essas lacunas que permitem problematizar possíveis processos de precarização pode afetar esses profissionais recém-formados e que alternativas podem ser pensadas para o enfrentamento desse problema.

Os artigos levantados apresentam, de alguma forma, o processo de precarização no trabalho, seja em residência na área médica, na área educacional ou multiprofissional, abordam as violências como o assédio moral e seus desdobramentos sob essa classe que adentra o mercado de trabalho de forma subalterna. Silva e Raichelis (2015, p. 596) ainda apontam que:

> A autora Seligmann-Silva (2011), ao discutir a questão do desgaste mental no mundo do trabalho, aborda as formas de violência

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

> vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as). Assim, para ela, o assédio moral é uma das formas de violência psicológica no trabalho contemporâneo. Nesse sentido, podemos perceber que o assédio moral é algo profundamente danoso para a vida do(a) trabalhador(a), implicando seu adoecimento, além de deteriorar as relações no ambiente de trabalho, podendo levar o profissional à desistência do emprego.

Assim sendo, além de adoecer psiquicamente, profissionais se veem forçados a sair de seus postos de trabalho, visto que: "Situações abusivas compreendendo sobrecarga de trabalho e assédio moral vem sendo motivos de desistências de programas de residência médica." (Damas; Santos 2024, p. 187). Nota-se, assim, que embora as residências médicas e a residência técnica no Paraná assumam características próprias, ambas possuem um elemento em comum: lacunas que permitem problematizar aspectos relacionados à precarização e flexibilização dos vínculos de trabalho em sua operacionalização.

Ao entrevistar assistentes sociais vítimas de assédio moral, Silva e Raichelis (2015) perceberam com frequência nos relatos sentimentos de insegurança, impotência, culpa, isolamento, demonstrando o adoecimento psíquico dos mesmos. Para Seligmann-Silva (2012) apud Silva e Raichelis (2015) o assédio moral é violência psicológica que se apresenta no mercado de trabalho contemporâneo de forma muito danosa.

Marques *et al.* (2012, p. 402) descrevem "[...] a residência, por si só, caracteriza um período de intensa cobrança e expectativa, sendo altamente estressante, como foi demonstrado biologicamente com a medição do cortisol sérico de residentes." e aliada a situações de insegurança, instabilidade e violência nos espaços de trabalho acabam sendo fatores que tem levado ao adoecimento de residentes.

Damas e Santos (2024) destacam que o assédio moral na residência médica possui caráter cultural, pois muitas vezes é praticado por pessoas que também sofreram esse tipo de violência quando eram estudantes e residentes e possuem uma falsa crença de que atitudes abusivas fortalecem os profissionais para enfrentar situações difíceis no dia a dia de trabalho. Portanto, as autoras defendem que o enfrentamento dessas situações precisa ser de forma preventiva e visando desconstruir esses elementos culturais.

Nos casos em que o assédio já ocorreu, Damas e Santos (2024) sugerem a técnica de mediação hospitalar, para que o assediador e a vítima tenham espaço de diálogo e resolução do conflito, evitando a judicialização das situações. Da mesma forma, Silva e Raichelis (2015) compreendem a judicialização das denúncias de assédio como negativas na medida em que prolongam o sofrimento da vítima e dificulta a resolução do conflito.

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

Portanto, sugerem organização política coletiva da "classe-que-vive-do-trabalho". Neste artigo a "classe-que-vive-do-trabalho" é representada pelos residentes técnicos, de modo que urge o enfrentamento coletivo da problemática da precarização que os afeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da literatura encontrada e da Lei nº 20086/2019 que dispõe sobre Residência Técnica no Paraná, é possível problematizar aspectos relativos à precarização de profissionais recém-formados. Embora tenha grande importância no que tange o processo de formação continuada e a construção do currículo de residentes ao proporcionar bagagem prática e títulos de pós-graduação, também acaba flexibilizando relações de trabalho ao não proporcionar garantias de direitos trabalhistas.

Por sua vez, residentes se veem em um local no qual estão entre a atividade laboral e a academia, em uma zona híbrida que dificulta a delimitação de atividades, podendo ser vítimas de desvio de função, sobrecarga de trabalhos, assédio moral e outras situações. A soma de todos esses fatores podem levar os estudantes a cobranças excessivas, sentimentos de incapacidade, impotência, culpa e adoecimento psíquico.

Assim, ressalta-se a importância da organização política de bolsistas e fortalecimento coletivo para enfrentar as possíveis mazelas produzidas pela precarização do trabalho. Também se faz necessária novas pesquisas com o objetivo de aprofundar o tema, possibilitando um diagnóstico sobre a situação de residentes técnicos no Paraná e pensar em estratégias para esta problemática.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DAMAS, D. A. O.; SANTOS, M. W. B. Mediação hospitalar como mecanismo de resolução dos conflitos envolvendo assédio moral na residência médica. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, Recife, v. 96, n. 1, p. 175-196, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.51359/2448-2307.2024.259802. Acesso em: 24 maio 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KINCHESCKI, G. F.; ALVES, R.; FERNANDES, T. R. T. Tipos de metodologias adotadas nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 2012 a 2014. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15., 2015, Mar del Plata. **Anais** [...]. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136196/102_00127.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 fev. 2026.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

https://doi.org/10.35685/9nndjq12

Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 fev. 2026.

MARQUES, R. C. *et al.* Assédio moral nas residências médica e não médica de um hospital de ensino. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 3, p. 401-406, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/d8pgJk6CVvHtLjVBm6pppjk/abstract/?lang=pt. Acesso em: 18 maio 2026.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-30.

NAKAYAMA, B. C. M. S.; BRITO, S. A. S. Estágio remunerado e formação de professores: quem ensina quem no Programa Residência Educacional? **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 6, n. 10, p. 59-68, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/86. Acesso em: 25 maio 2026.

OLIVEIRA JUNIOR, C. R. de; SGARBIERO, M.; BOURGUIGNON, J. A. Pesquisa exploratória: concepção e percurso metodológico. *In*: BOURGUIGNON, J. A.; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. de (org.). **Pesquisa em ciências sociais**: interfaces, debates e metodologias. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2012. p. 195-209.

PARANÁ. Lei n. 20.086, de 18 de dezembro de 2019. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica. **Diário Oficial do Estado do Paraná**: Curitiba, PR, n. 10587, 18 dez. 2019. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=230282&codItemAto=1427211. Acesso em: 3 nov. 2026.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 22 fev. 2026.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, O. D.; RAICHELIS, R. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.038. Acesso em: 18 abr. 2026.